

Convergência histórica da luta pela liberdade em Portugal e da luta/de libertação nacional em África

Manuel Alegre

Uma certa tradição cultural

1. Há, na nossa História, desde o início das descobertas até aos nossos dias, um confronto, por vezes surdo, subterrâneo, por vezes aberto e claro, entre duas atitudes culturais, ou, se se preferir, entre duas políticas a que Sérgio chamou «*as duas políticas nacionais*»: a política de fixação metropolitana pela reestruturação económica e social e a política de transporte, do aventureirismo do conflito ou do sonho imperial. Com a morte em Alfarrubeira do Infante D. Pedro, para o qual «sacrificar a política de produção às puras empresas de comércio» era trocar «uma boa capa por um mau capelo», é a política de transporte que triunfa. Mas o protesto não se cala. Ouve-se em Sá de Miranda («Ao cheiro desta canela/Lisboa se despoeva»), nos autos de Gil Vicente, n' Os Lusíadas - onde se canta a epopeia das descobertas e se condena a política de conquista, «a glória de mandar e a vã cobiça».

Vem por aí fora até Garrett, Antero, Eça de Queirós, António Sérgio. Não só o protesto, mas também o anti-racismo, a crítica dum pretensa superioridade, a defesa dum ideal de fraternidade e comunhão com outros povos. Pode ler-se na VI Elegia de Camões:

*«Vi quanta vaidade em nós se encerra
E nos próprios quão pouca; contra quem
Foi logo necessário termos guerra.»*

E não serão as «Endechas a Bárbara cativa» o mais belo poema anti-racista que se escreveu?

Pode ler-se na Carta de Pero Vaz de Caminha, no maravilhamento com que descreve a beleza dos índios e seus costumes e na tristeza com que comenta que os índios eram «mais amigos nossos que nós deles».

Não me alongarei em citações. Pretendo apenas significar que a guerra colonial e o movimento anticolonialista a que deu lugar representam, um e outro, o momento extremo e, ao mesmo tempo, o corolário desse velho conflito entre duas políticas nacionais.

E pretendo dizer ainda que a resistência anti-colonial entronca directamente numa tradição cultural que é, em meu entender, a que melhor representa o espírito humanista e universalista do Povo Português. A partir de 1961, alguns versos de Sá de Miranda ou de Camões, para já não falar na saudação ao Brasil liberto, de Garrett, como alguns escritos de Antero ou Eça de Queirós, têm uma carga tão subversiva como a dos poemas cantados por Adriano Correia de Oliveira e José Afonso ou os textos de certos manifestos anti-coloniais.

Introduzo assim o tema, porque o regime salazarista fez do problema colonial um *tabu* e lançou o labéu de traição sobre quem ousasse contestar a sua política ou sequer discuti-la.

Por isso sempre me pareceu necessário saber quem traia o quê e quem estava a favor ou contra um certo sentido da História ou, se me é permitido parafrasear o General de Gaulle, a favor ou contra uma certa ideia de Portugal.

Uma fronteira política e cultural

2. Creio que há na nossa história recente uma fronteira política e cultural, que começa no preciso momento em que Salazar proferiu, de dedo espetado, a palavra de ordem que caiu em nós como uma sentença: «*Para Angola e em força*». Antes, o poeta oficial António Manuel Couto Viana tinha escrito:

*«A minha geração não foi à guerra
Por isso a paz que traz não tem sido.»*

A história da minha geração é a história dum geração que foi à guerra ou se exilou para lá não ir. Uma história que começa para cá daquela fronteira política e cultural.

Uma fronteira política - porque desde então a luta contra a guerra colonial tomou-se parte integrante da luta conta o regime;

Uma fronteira cultural - porque, pela primeira vez, desde há muito tempo, uma geração foi colocada perante o dilema de ter que matar e morrer, sendo obrigado a interrogar-se sobre o porquê e o para quê e, conseqüentemente, a pôr em causa mitos, dogmas, conceitos e preconceitos até aí inquestionáveis. Mais: pela primeira vez, desde há muito, uma geração viu-se obrigada a fazer uma opção que tinha em si mesma a carga do irremediável: partir ou não partir, ir à guerra ou desertar.

Intuitivamente, primeiro, de forma mais elaborada, depois, foi sempre claro para mim que a guerra colonial era contrária aos interesses nacionais e ao sentido humanista e universalista que marca o que a nossa cultura tem de melhor e mais perene. Por isso, foi sempre preocupação minha e de alguns companheiros fundamentar a luta contra a guerra numa tradição cultural portuguesa. Como mais tarde

havia de dizer Amílcar Cabral aos microfones de «A Voz da Liberdade», «a guerra colonial de Salazar separava onde outrora as naus portuguesas tinham aproximado povos e continentes».

A contestação da guerra e do colonialismo implicou, assim, uma releitura e uma reasunção da História, despida dos mitos e deturpações salazaristas. E implicou, sobretudo, a necessidade de operar uma clara distinção entre o significado das navegações - como grande aventura humana e cultural - e a política de conquista que se lhes seguiu e que Antero aponta como uma das causas da decadência dos povos peninsulares.

Tal como na era quinhentista as navegações tinham feito ruir os dogmas e dado lugar a uma nova maneira de ver, de ser e de sentir, também agora a vivência da guerra ia originar um outro «*ver claramente visto*» e criar uma nova atitude mental perante os mitos, os nevoeiros e os fantasmas do regime. Como Camões, também nós podíamos dizer que mais do que vencer «o tempo armado», era «*vencer na Pátria, desarmado, os monstros e as quimeras.*» Com efeito, mais do que repetir certos simplismos ideológicos, era imperioso demonstrar que a oposição à guerra era a única atitude patriótica, a única que podia entroncar numa boa tradição lusíada. Só assim se poderia transformar a oposição à guerra numa causa nacional, patrioticamente justa e patrioticamente necessária.

Só assim se podia proclamar que não é livre um povo, que oprime outros povos e que a luta pela liberdade em Portugal era inseparável da luta pela independência em África.

Não era só um dever de internacionalismo revolucionário - o que poderia ter reduzido o movimento anti-colonial a um mero e desgarrado protesto minoritário; era uma questão nacional, da qual dependia a nossa própria liberdade e integridade moral da nossa Pátria.

Por ser assim, por ter assumido essa dimensão nacional, é que a oposição à guerra colonial acabou por desaguar num 25 de Abril apoiado e legitimado pela esmagadora maioria do Povo Português.

Curiosamente, foi um dirigente dum movimento de libertação quem mais claramente e desinibidamente formulou esta perspectiva. Refiro-me a uma célebre entrevista concedida por Amílcar Cabral à Voz da Liberdade (a primeira de várias que tive a honra de lhe fazer) e na qual o fundador do PAIGC falou uma linguagem que muita gente da esquerda portuguesa não ousaria então falar. Citando Camões e Os Lusíadas, Amílcar Cabral recordou que os portugueses tinham uma História e uma cultura de que não deviam envergonhar-se, porque essa História e essa cultura tinham um sentido progressista. Era nessa História e nessa cultura que os portugueses deviam procurar a inspiração para o combate contra um regime e uma guerra que as negavam e desfiguravam. Ou seja: à falsa portugalidade do fascismo e do colonialismo, Amílcar Cabral contrapunha a Portugal idade autêntica: a da luta pela liberdade e fraternidade com outros povos e outras lutas de libertação.

Guerra e radicalização da resistência em Portugal

3. Em Novembro de 1961 fiz em Coimbra, numa reunião das três Academias, o que talvez tenha sido o primeiro discurso público contra a guerra colonial. Três dias depois fui colocado na Ilha de S. Miguel, onde, em Junho de 1962 (depois duma tentativa de ocupação da Ilha, que não chegou a concretizar-se devido a instruções contrárias vindas de Lisboa), os então capitães Melo Antunes, André do Nascimento Infante, o civil Borges Coutinho e eu próprio, outros civis e outros militares, enchemos a Ilha de panfletos contra o fascismo e a guerra colonial. Em 17 de Abril de 1963, cabia-me a desgraça ou a honra de ser o primeiro oficial preso pela PIDE em Angola, em consequência duma falhada tentativa de levantamento militar. Mais tarde, já no exílio, quis o acaso que fosse eu a fazer as primeiras entrevistas, que Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Samora Machel concederam a uma emissora portuguesa - «A Voz da Liberdade». Quis ainda o acaso que fosse eu o primeiro português a depor perante o Comité dos 24 da ONU quando este se reuniu em Argel. O acaso me levaria também a Conakri para buscar as armas oferecidas por Amílcar Cabral aos anti-fascistas portugueses que pensavam ser necessário abrir em Portugal a 4.^a frente. O acaso me levou de novo a Conakri, desta vez para tomar a palavra nos funerais de Amílcar Cabral. O acaso, finalmente me juntou a combatentes que, como Piteira Santos, Carlos Antunes, Nuno Bragança, Artílio Baptista e outros estiveram na origem do desencadeamento de acções contra a máquina de guerra em Portugal. Não pretendo ser um campeão do anti-colonialismo. O acaso, apenas o acaso, me colocou em situações que me permitem talvez ter uma visão global dos diferentes aspectos da luta anti-colonial e da sua articulação com a luta anti-fascista e com a luta dos movimentos de libertação. Penso que é, aliás, a grande singularidade do processo português: a convergência histórica da luta anti-fascista em Portugal e da luta de libertação em Angola, Guiné e Moçambique. Se é verdade que os principais dirigentes dos movimentos de libertação (com excepção de Samora Machel) fizeram a sua aprendizagem inicial na luta anti-fascista em Portugal, não é menos verdade que foi a luta armada por eles desencadeada nos territórios africanos sob domínio colonial português que veio a provocar uma alteração qualitativa na luta política em Portugal e, em última análise, a criar as condições que tomaram possível o 25 de Abril.

Trata-se, verdadeiramente, dum caso único no Mundo dos nossos dias e mesmo na História das revoluções, o desta convergência e coincidência dum processo revolucionário no país colonizador e dum processo de libertação nacional nos países colonizados.

São dois processos autónomos, com objectivos distintos, mas intimamente interligados e solidários. Primeiro, a luta anti-fascista contribui para a formação de quadros e favorece, ainda que indirectamente, a emergência dos movimentos de libertação. Estes, pelo seu lado, vão contribuir para a radicalização da luta em Portugal.

Radicalização política, em primeiro lugar, traduzida numa contestação global do regime e não já de aspectos parciais ou sectoriais.

Radicalização ideológica, em segundo lugar, com a progressiva tomada de consciência de que a ditadura fascista e a opressão colonial são as duas faces dum mesmo sistema de exploração dos povos africanos e do povo Português; os que mandam matar e morrer em África são os mesmos que mandam prender, torturar e matar em Portugal; fascismo e colonialismo são as diferentes expressões políticas do mesmo sistema baseado nos privilégios de classe dum minoria exploradora e parasitária; donde o combate contra o fascismo tem que ser inseparável do combate contra a guerra e contra o colonialismo e um e outro encarados como parte integrante dum só e mesmo combate contra a natureza de classe do sistema e por uma transformação estrutural da sociedade. Assim, o anti-fascismo ganha cada vez mais um conteúdo anti-colonialista e, depois, anti-fascismo e anti-colonialismo passam a revestir um carácter marcadamente anti-capitalista ou, pelo menos, anti-monopolista. Seja como for, antifascismo e anti-colonialismo aparecem cada vez mais identificados, ainda que com diferentes concepções e perspectivas ideológicas, à luta por um projecto socialista em Portugal. Ao mesmo tempo, em África, os movimentos de libertação vão precisando que a luta pela independência política é inseparável da luta contra toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem. Ou seja: vão-se definindo os contornos dum estratégia que associa a libertação nacional à revolução social ou socialista.

Finalmente: *a radicalização das formas de luta*: todos os militantes da minha geração conhecem esta discussão dramática sobre a questão das formas de luta. Foi ela, mais do que problemas de natureza ideológica, que esteve na origem de polémicas, cisões e divisões. O prolongamento da guerra com o seu cortejo de tragédias pessoais e colectivas por um lado e, por outro, a dissipação das ilusões na liberalização marcelista e a intensificação da repressão, vieram colocar na ordem do dia, cada vez com mais premência, a velha questão das formas de luta, ou, mais precisamente, da luta armada.

Foi Amílcar Cabral, quem, pela primeira vez, numa conferência do CONCP realizada em Dar-Es-Salam, chamou a atenção para as responsabilidades dos anti-fascistas portugueses perante os sacrifícios que a guerra estava a impor aos povos africanos e à própria juventude portuguesa, afirmando que se tomava necessário abrir uma 4.^a frente em Portugal. E acrescentou que se os anti-fascistas portugueses o não fizessem, os movimentos de libertação ver-se-iam obrigados a levar a guerra ao próprio território português. Estas palavras foram aplaudidas de pé por toda a assistência, com excepção de Pedro Ramos de Almeida, que, como delegado do FPLN (onde representava o PCP) entendeu e, a meu ver bem, que era aos anti-fascistas portugueses que cabia decidir quais são as formas de luta a empreender em Portugal.

O que é certo é que este discurso de Amílcar Cabral encontrou eco em muitos de nós, ou melhor, colocou a muitos de nós um grande problema de consciência. Seria justo que os sacrifícios da luta contra o regime estivessem a ser suportados principalmente pelos africanos?

Assim, do reconhecimento teórico da impossibilidade dum solução pacífica para o problema político português (que era partilhado por praticamente todas as forças anti-fascistas), chegou-se à consciência da necessidade de passar das palavras aos actos e de levar a cabo acções que há muito estavam previstas mas nunca tinham sido realizadas. *Esta velha* e dramática polémica reacendeu-se, deu lugar a cisões, mas, ao fim e ao cabo, teve os seus resultados práticos: as primeiras acções contra a máquina de guerra efectuadas em Portugal. Não interessa agora reabrir velhas feridas. Interessa assinalar que elas se fizeram e que, em minha opinião, tiveram um papel decisivo na aceleração do processo político em Portugal.

Em primeiro lugar, porque acabaram com o mito da invulnerabilidade do regime em Portugal.

Em segundo lugar, porque estimularam a luta política e popular a outros níveis.

Em terceiro lugar, porque levariam muitos militares à compreensão de que havia portugueses dispostos a empunhar as armas e abrir o que Amílcar Cabral havia denominado de 4.^a frente - a frente armada anti-fascista e anti-colonialista em Portugal.

Se sublinho a traço grosso este aspecto fundamental da luta anti-fascista e anti-colonialista é porque me parece ser pedagogicamente necessário deixarmos de ser resistentes envergonhados. Mais: neste tempo de tanta confusão, em que por vezes se não sabe quem é de esquerda e quem é de direita, em que muitas vezes parece mal ter resistido e é de bom tom não ter queimado as mãos em nenhuma espécie de resistência, considero que é necessário trazer à luz do dia e assumir com orgulho as acções e formas de luta que ajudaram a mudar a História e a libertar Portugal. Quem não deve não teme. E não são os resistentes anti-fascistas quem tem motivo para ter vergonha.

De muitas outras formas de acção poderia falar também, desde as deserções individuais e colectivas, umas do território nacional outras do próprio teatro de operações (embora haja que distinguir entre as que tiveram significado político e as que foram uma simples solução pessoal) das publicações clandestinas em que se denunciavam os crimes da guerra, colonial e se explicava o tremendo erro político que ela representava para Portugal, das manifestações de rua em que estudantes e trabalhadores gritavam «*abaixo a guerra colonial*»; das vigílias em muitas igrejas, nomeadamente a da Capela do Rato, das diferentes tomadas de posição das forças políticas da oposição, dos inúmeros abaixo-assinados, colóquios, conferências em que se exigia um debate público sobre a questão colonial, dos poemas e das canções cantadas por Adriano Correia de Oliveira, José Afonso, Manuel Freire, António Bernardino, Luís Cília e que tanto contribuíram para o despertar das consciências e para a mobilização anti-colonial, enfim, das múltiplas formas de protesto e de luta que, desde o início, em 1961 até 1974, apesar da censura e da repressão, permitiram demonstrar ao Mundo que uma grande parte da juventude e do Povo de Portugal condenava as guerras coloniais salazaristas, e estava solidário com os Povos que em África lutavam pelo direito à independência.

Acusados de traição pelo regime fascista, foram esses portugueses que souberam assumir a tradição humanista da nossa cultura e respeitar a honra de Portugal. Neles englobo, naturalmente, todos os que na madrugada do dia 25 de Abril empunharam as armas para derrubar a ditadura e restituir a liberdade ao Povo Português.

A luta de libertação: um acto de cultura num duplo sentido

4. A terminar estes breves apontamentos, que não são mais do que o testemunho dum militante anti-colonialista da primeira hora, gostaria de focar um aspecto que me parece extremamente importante, até para compreender a génese do próprio 25 de Abril. Refiro-me àquilo a que já chamei o duplo sentido cultural da luta da libertação. Sabe-se que Amílcar Cabral considerava o movimento de libertação como um acto cultural. Em meu entender, o movimento de libertação foi um acto de cultura num duplo sentido: em relação aos povos africanos e em relação ao próprio povo português.

Libertando-se, o oprimido liberta.

Rejeitando, através da luta de libertação, a opressão cultural do ocupante, o povo oprimido ajuda o ocupante a libertar-se da alienação colonialista e a reencontrar a sua própria e verdadeira identidade cultural.

Redescobrimo as suas raízes culturais, o povo oprimido leva o opressor a questionar-se primeiro e, depois, a redescobrir as suas próprias raízes.

Libertando-se, o oprimido leva o opressor a compreender que é também oprimido e que a opressão que pratica em terra alheia resulta da opressão que sofre na sua própria terra.

Libertando-se, o oprimido conduz o opressor a libertar-se também. Desarmando-o, arma-o.

Ou seja: o processo de libertação nacional do povo colonizado é também um processo de libertação cultural do povo do país colonial.

Lutando pela libertação dos seus povos colonizados, os movimentos de libertação libertaram até certo ponto o país colonizado, na medida em que para além do mais, contribuíram para que muitos dos que chegaram a África como opressores voltassem a Portugal como libertadores.

Penso, pois, que a luta de libertação foi um acto cultural e um acto libertador e desalienante, não só em relação aos povos de África, como em relação ao próprio povo de Portugal. Do mesmo modo que, depois, o 25 de Abril, libertando o povo português, pondo fim às guerras coloniais e negociando a paz, criou as condições para a emergência dos novos Estados Africanos.

Várias vezes me tenho referido a Amílcar Cabral. Não é só a saudade do amigo querido, que deixou uma marca inapagável em todos os que com ele tiveram privilégio de conviver. É sobretudo o reconhecimento do seu papel como o principal teórico e estratega da luta armada de libertação nacional. Ele foi um desses homens raros que de facto mudam a História. E não só a História do seu País e de África, já que, no meu entender, ele teve uma influência decisiva na revolução portuguesa. De certo modo, ele ajudou-nos a reencontrar o fio condutor da nossa própria História, de certa maneira ele foi também um Capitão de Abril.

Resta-nos destacar o último e decisivo aspecto da convergência histórica da luta de libertação nacional africana e da resistência anti-fascista e anti-colonialista portuguesa.

Em primeiro lugar, a correcta definição do inimigo e do aliado principal por parte dos movimentos de libertação.

Posso testemunhar que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis e dolorosas, nunca os movimentos de libertação confundiram o regime colonial com o povo português. Pelo contrário, sempre tiveram a preocupação de tomar clara essa distinção. Para eles o inimigo era o regime colonial e, o aliado principal o povo português.

Em segundo lugar, a clara enunciação, por parte das forças anti-fascistas portuguesas, de que a libertação da ditadura fascista implicaria necessariamente o reconhecimento do direito dos povos africanos à independência total e completa. E ainda o reconhecimento de que os legítimos representantes dos povos em luta eram os movimentos que tinham conduzido a luta armada de libertação nacional, a saber: o PAIGC, o MPLA, a FRELIMO.

Enfim, onde a cegueira do regime e a sua política de guerra sem saída estavam a desunir e a separar, a resistência anti-fascista e anti-colonialista portuguesa uniu e juntou a luta e a esperança do povo português à luta e à esperança dos povos africanos. A solidariedade nascida na luta e no sofrimento comuns constituem um capital histórico, político, moral e cultural que não pode ser desperdiçado.

Tanto mais que o 25 de Abril abriu uma nova ponte para o futuro e a fraternidade entre Portugal e os países africanos que falam português.